

Modelo de desenvolvimento da era Lula está exaurido, diz ministro :: Matias Spektor e Patrícia Campos Mello (Folha de S. Paulo, em 30/08/2015)

O modelo de desenvolvimento da era Lula – o tripé composto por ampliação do consumo, da renda popular e da exportação de commodities – está exaurido.

Agora, o governo deveria buscar uma nova estratégia, que passa pela integração produtiva da América do Sul e não se limita ao Mercosul ou à Unasul.

Essa é a tese de Roberto Mangabeira Unger, ministro-chefe da secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Mangabeira Unger não está pessimista com a situação atual do país, apesar da crise política e do encolhimento da economia:

“Se não estivéssemos vivendo uma crise ou múltiplas crises, não estaríamos considerando alternativas. A maior aliada de quem quer transformação é a crise”, afirma ele, que propõe “uma grande união de repúblicas sul-americanas, que precisam ter como base a convergência nesse projeto [de desenvolvimento], não apenas em acordos comerciais como o Mercosul ou em práticas de concertação política como a Unasul.”

Abaixo, trechos da entrevista concedida à Folha na última quinta-feira (27), no escritório da Presidência da República, em São Paulo.

Folha – Qual é seu diagnóstico sobre a integração regional?

Roberto Mangabeira Unger – Falta em toda a América do Sul convergência num projeto de desenvolvimento que dê certo. Esta convergência é impossível sem a participação decisiva do Brasil. Nossa tarefa prioritária é organizar uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, baseada em capacitações educacionais e oportunidades produtivas, com uma qualificação e democratização do processo produtivo. Precisamos construir um produtivismo inclusivo e capacitador. O cumprimento dessa tarefa nos dá uma grande oportunidade para avançarmos na união sul-americana. Por isso iniciei uma série de viagens para vizinhos como Chile, Equador, Paraguai e, na sequência, Colômbia e Peru.

Qual o objetivo dessas visitas?

Há três objetivos: explicar a construção da nova estratégia de desenvolvimento brasileira, com o ajuste fiscal como ponte entre a estratégia anterior e a nova; engajar nossos vizinhos numa discussão a respeito das alternativas de desenvolvimento no nosso continente e identificar ações concretas para ancorar a convergência no modelo de desenvolvimento. Esse processo

vai ajudar a superar sectarismos comerciais, como a divisão entre Mercosul e Aliança do Pacífico, ou entre países 'bolivarianos' e 'não bolivarianos'.

Quais medidas concretas?

Com o Equador, o foco é criar um novo modelo de escola média técnica capaz de priorizar a capacitação exigida pelas novas tecnologias. É preciso superar o antigo modelo alemão de ensino rígido de ofícios convencionais, que era útil para o parque industrial do século passado. Também queremos explorar a possibilidade de um centro de desenvolvimento tecnológico para promover desenvolvimento sustentável na Amazônia. No Paraguai, o foco é discutir o modelo agropecuário –recuperação de pastagens degradadas, industrialização de produtos agropecuários– em parceria com os governadores do Centro-Oeste brasileiro. Com o Chile, o foco foi educação e o desenho institucional propício ao fomento de empresas de vanguarda: eles têm uma indústria extrativa, mas contam com uma classe média educada que gostaria de se transformar num centro de serviços.

Essa agenda seria implementada de maneira bilateral ou por meio de organismos como Unasul e Mercosul?

Sou um defensor da Unasul, mas ela é um mecanismo de concertação política e de segurança regional. A concertação política é muito valiosa, mas não basta para produzir unificação. No caso do Mercosul, apesar da existência de grandes aspirações de união sul-americana, o elemento mais forte tem sido mercantil. No entanto, o comércio é base estreita demais para uma união regional. O Mercosul não é um centro de ideias para organizar a convergência de projetos de desenvolvimento. Não estou criticando o Mercosul, mas ele é uma base muito limitada para carregar o projeto de unificação sul-americana. Na ausência desse projeto maior, os problemas comerciais tendem a ser mais intratáveis. Os problemas comerciais têm maior chance de resolução se o projeto regional for mais do que comercial. A minha tese é que nós não temos um ideário amplamente difundido a respeito de desenvolvimento na América do Sul desde a época de Celso Furtado e Raul Prebisch. Vivemos o período de ascensão do chamado neoliberalismo, que por sua vez levou a um período em que as bases predominantes do desenvolvimento na maioria dos países sul americanos foram ampliação do consumo e aumento da renda popular de um lado, e a produção e exportação de commodities de outro lado.

Há muita resistência no governo brasileiro a discutir o Mercosul e conceber modelos alternativos.

Quem reluta em admitir essa discussão mais ampla exhibe um pragmatismo antipragmático. Sou um defensor do Mercosul, mas é necessário reconhecer suas dificuldades com realismo. O livre comércio entre seus membros nunca foi completado. E, na ausência de um projeto convergente de desenvolvimento entre as partes e de cadeias produtivas integradas, a união aduaneira é visto como uma camisa de força. Não enfrentar a realidade é uma atitude de avestruz. Quem é a favor do Mercosul não pode ter tabus na hora do debate. Isso é ser contra o Mercosul.

O que o sr. acha de flexibilizar a união aduaneira?

Poderia ser feito em algum momento, mas é inconveniente e impossível no ambiente atual, porque seria visto como uma tentativa de desconstrução do Mercosul, não de seu fortalecimento. Se avançarmos no aprofundamento do modelo comum de desenvolvimento, tudo se torna mais possível. Isso mostraria união e ninguém vai suspeitar que eventuais ajustes sejam um pretexto para afastar os parceiros. Se flexibilizássemos hoje, a decisão seria vista como enfraquecimento do Mercosul, então não recomendo isso.

Qual a maneira de criar essa convergência hoje, então?

A forma mais prática de começar esse processo é país a país, de forma bilateral, explicando a cada um o que queremos fazer, e identificando ações concretas que podem encarnar aquele esforço de convergência e servir como primeiros passos. Depois, haverá uma segunda etapa para multilateralizar esse esforço. E, por fim, uma terceira etapa para superar os sectarismos comerciais e políticos que dividem a América do Sul e, assim, ter uma base da qual fazer revisões da ordem global em temas de segurança, finanças e comércio.

Se houvesse convergência, qual deveria ser essa agenda revisionista que o sr. defende?

O Brasil é uma potência emergente de características especiais. Somos o único país de nossa dimensão que emerge sem imperar e sem querer imperar. Isso não nos exime de responsabilidades revisionistas, entretanto. Devemos pleitear uma ordem mundial propícia ao experimentalismo. Devemos resistir à ideia de que todos os países devem aderir a uma forma específica de economia de mercado que proíbe, sob o rótulo de 'subsídio', todas as formas de coordenação estratégica entre governos e empresas (que os países ricos de hoje em dia usaram no passado para enriquecer). O sistema de patentes e propriedade intelectual desenvolvido no final do século 19 ainda concentra a tecnologia em poucas multinacionais. Esse tipo de convergência não nos interessa. Queremos liberdade para experimentar, com abertura econômica máxima e restrição ao experimento mínima. Isso é possível, basta lembrar do regime do Gatt no passado recente. O objetivo da ordem mundial de comércio não deve ser maximizar o livre comércio, mas criar espaço para as divergências nacionais. O objetivo é o pluralismo.

Sua descrição é exatamente o que a diplomacia brasileira tenta fazer há bastante tempo. O sr. está defendendo mais do mesmo?

Falo agora como cidadão, não como ministro. Toda potência emergente na história moderna exhibe uma ambivalência: busca um lugar mais favorável dentro da ordem existente e, ao mesmo tempo, pleiteia uma mudança da ordem. Uma grande democracia progressista transformadora, como a nossa, deve carregar no pleito revisionista, e não apenas na busca de um lugar ao sol.

Qual o espaço para construir convergência na região quando há vizinhos atravessando crises profundas, como é o caso da Venezuela? O Brasil tem responsabilidades especiais na Venezuela?

Nós temos responsabilidades, mas nosso caminho não é o da tutela. Temos de engajar os nossos vizinhos e compartilhar com eles tudo o que ajude a qualificar sua produção, liberte as

peças e construa as bases para uma convergência regional. Meu esforço não é para substituir ou andar em paralelo ao esforço de concertação política admirável e indispensável que a Unasul desenvolve. Não tenho instrumentos para propor reconciliação num país onde há forças em embate. Isso pode ser feito pela Unasul. Minha vantagem comparativa não é negociar acordos comerciais ou juntar forças que estão brigando. Meu papel é trabalhar junto com países engajados em buscas semelhantes.

Se a convergência sul-americana depende da saúde do projeto interno brasileiro, então as perspectivas neste momento não são boas, correto?

O modelo anterior de desenvolvimento se exauriu. Nossa tarefa nacional prioritária agora é construir uma nova estratégia nacional de desenvolvimento com base em educação e produtividade. É um projeto de Estado, não apenas um plano de governo. Um projeto de desenvolvimento nacional tem de ser projeto de Estado, e tem de ser discutido e apoiado por uma ampla gama de forças. O Brasil é capaz de produzir uma grande obra coletiva de transformação por cima das divisões partidárias.

O sr. então está otimista?

Se não estivéssemos vivendo uma crise ou múltiplas crises, não estaríamos considerando alternativas. A maior aliada de quem quer transformação é a crise. A crise não atrapalha a mudança. Pelo contrário, sem crise, não há mudança. Esse é o material com o qual estou trabalhando. E o Brasil tem o benefício de ter uma vitalidade assombrosa, anárquica e quase cega. Não há país do mundo mais disponível para uma grande construção transformadora que o Brasil de hoje. O foco deve ser um projeto de produtivismo inclusivo e capacitador, que se desdobre numa grande união de repúblicas sul-americanas, que precisam ter como base a convergência nesse projeto, não apenas acordos comerciais como o Mercosul ou práticas de concertação política como Unasul.

De que forma a China facilita ou atrapalha esse processo?

Todas as minhas contrapartes nos países que visitei levantaram a questão. A posição sul-americana comum deve ser a de demandar da China o compartilhamento de capacitação tecnológica, e não apenas uma relação pela qual nós exportamos commodities para eles. Por isso, devemos construir uma posição comum para tratar com eles. Eles não estão atuando na América do Sul por uma lógica apenas comercial, mas pela lógica da geopolítica de segurança alimentar. Em todos os países que visitei esse problema foi levantado. Não por mim, mas pelos colegas ministros dos outros governos.

Mas a América do Sul está longe de ser unida nesse quesito.

Não precisa esperar termos união para construirmos uma posição comum. Podemos ter isso em pouco tempo. Já começamos a fazê-lo. Tenho certeza de que nossos diplomatas estão muito conscientes desse problema e, muito eficientes, já começaram a resolvê-lo. Eu apenas estou dando uma pequena ajuda.

